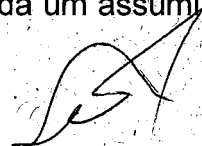


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Comissão Permanente de Memória e Cultura do Poder Judiciário do Estado de Goiás

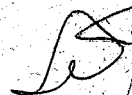
ATA DA 2ª REUNIÃO – 04.10.2024 – V ENCONTRO NACIONAL DA MEMÓRIA (V ENAM)

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro (04.10.2024), às 10h, na Sala de Sessão Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), foi realizada a segunda reunião dos membros da Comissão Permanente de Memória e Cultura, presidida pelo Desembargador Itaney Francisco Campos, com o objetivo de tratar dos preparativos para o V Encontro Nacional da Memória (V ENAM), que acontecerá entre os dias 6 a 9 de maio de 2025. Participaram da reunião a Dra. Lídia de Assis e Souza (Juíza Auxiliar da Presidência), comigo, Vânia Pires Perillo Cardoso, designada para o ato, Leandra Vilela R. Chaves (Subdiretora-Geral do TJGO), Heloisa Esser dos Reis (Unidade de Gestão Documental), Laylla Nayane Lopes Villarinho (Diretora da Divisão do Centro de Memória e Cultura), Neila de Souza Machado Ferreira e Nair Maria Pereira (Diretoria de Cerimonial) e Mariana Veloso de Andrade (EJUG - Escola Judicial do TJGO). O Desembargador Itaney Francisco Campos abriu a reunião agradecendo a presença de todos, destacando a importância do V Encontro Nacional de Memória (V ENAM) para o fortalecimento da memória institucional e promoção da diversidade cultural no Judiciário. Ressalta que o evento é apoiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e contará com a participação de três Tribunais: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO) e Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-GO), incluindo a participação de aproximadamente 200 a 300 pessoas e, possivelmente a presença de autoridades, como o Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do CNJ. O TJGO será responsável pela abertura do evento, que ocorrerá de 6 a 9 de maio de 2025. A pauta da reunião foi organizada nos seguintes tópicos: 1. Estrutura e organização do V ENAM; 2. Cerimônia de abertura; 3. Programação dos dias seguintes, 4. Exposições e atividades culturais; 5. Certificação e custos; 6. Logística e transporte; 7. Subcomissões e atribuições; 8. Encaminhamentos e próximos passos e 9. Encerramento. Seguiremos os assuntos pela ordem. O Desembargador Itaney inicia a reunião, destacando que o objetivo do encontro é ajustar os detalhes, definir metas e fornecer uma visão global dos vários aspectos, incluindo transporte, segurança, cerimonial, certificação dos cursos, parte financeira e interação com os demais tribunais, para determinar o que cada um assumirá.



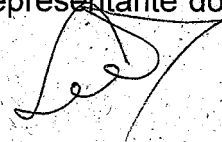
Saber o que a EJUG estará disposta a arcar e quais responsabilidades a direção do Tribunal poderá assumir e como podemos organizar e cuidar dessas iniciativas. É essencial que todos os setores forneça um panorama das deliberações até o momento. Após, fez referência a todos os presentes e seus respectivos setores e atribuições. Passou a palavra a Heloísa, para dar suas impressões sobre o que temos até agora e o que está resolvido. Heloísa agradece ao Desembargador e deseja um bom dia a todos. Primeiramente, esclarece que a decisão de realizar uma reunião no Tribunal, foi feita a seu pedido e que a reunião anterior ocorresse aqui, e, embora já tenhamos realizado duas reuniões no TJ. O Presidente do TRT disse que como já havia ocorrido duas reuniões no TJ, agora seria duas no TRT, antes de retornar ao TJ. Foi perguntado sobre o TRE, ela respondeu que não prontificaram em organizar uma reunião. Passa a discorrer a programação. **No primeiro dia**, ocorrerá no Plenário Homero Sabino, do TJGO, a cerimônia de abertura, que foi estruturado para promover a integração cultural e institucional. Nesse dia haverá a participação da Orquestra Sinfônica e do cantor Marcelo Barra, ambos selecionados para enriquecer o evento com elementos culturais goianos, promovendo o ambiente de acolhimento e valorização da cultura goiana. O Desembargador Itaney esclarece que o Presidente França presidirá a mesa de abertura. Heloísa, afirma que haverá a fala dos presidentes dos três tribunais e do Presidente da Comissão (PRONAME) do CNJ. Em seguida, teremos a palestra de abertura com Ailton Krenac, líder indígena, como palestrante principal, em que abordará a diversidade cultural e a memória indígena, temas centrais para o evento e de grande relevância nacional. Será oferecido um coquetel ao final da cerimônia de abertura. A cobertura dos custos do coquetel será buscada junto ao SENAC, por meio de ofício do TJGO; caso não seja viável, o Tribunal assumirá a responsabilidade, com um custo estimado em R\$ 50,00 por pessoa. Ficou definido que o coquetel será para 300 pessoas. **No segundo dia** do evento, no **período da manhã**, as atividades ocorrerão no TRT, onde teremos a abertura com apresentação musical, palestras, atividades e painéis de discussão, abordando temas de memória e preservação documental. No **período da tarde**, as atividades serão divididas entre os três Tribunais (TJGO, TRE e TRT), com cada Tribunal responsável por um tema específico. O TJGO será responsável pelo tema "Diversidade", com um painel que busca debater práticas inclusivas e o papel da diversidade no Judiciário. Ainda, no segundo dia, à tarde, teremos três palestrantes de destaque: o professor de História Raul Lanari, da UFG, que abordará o patrimônio imaterial; Daniela Franciscuti, da Câmara Federal, especialista em acessibilidade e que se comunica por meio da surdez oralizada;

e Tony Boita, um museólogo de Goiânia que atualmente trabalha em São Paulo, no Museu da Diversidade. Eles discutirão práticas de preservação da memória, diversidade e inclusão cultural. A mediadora da mesa será a Dra. Ingrid, do Programa Nacional de Memória e Identidade (Proname), proporcionando um diálogo interdisciplinar. A presidência da mesa é indicação do TJ, ainda em fase de definição. O Desembargador sugere a indicação do Desembargador Vicente Lopes, que é membro da Comissão de Cultura e Memória para presidir a mesa. Disse que verificaria a disponibilidade do mesmo. Continuando com a programação, foi sugerida apresentação cultural inclusiva com a participação do grupo "Diversos", da Universidade Federal, composto por artistas com deficiência, para uma apresentação cultural com duração entre 10 e 15 minutos, promovendo a inclusão e valorização da diversidade. Nesse dia, haverá uma visita guiada à Pinacoteca do TJGO, onde os participantes terão oportunidade de conhecer o acervo de obras e a história do Tribunal, promovendo uma riqueza cultural e educativa. Temos a intenção de montar uma exposição de documentos históricos relevantes, com itens significativos do arquivo, que ilustre a história do tribunal e do patrimônio cultural. A equipe de Gestão Documental será responsável pela organização e curadoria do espaço. A exibição visa fortalecer o vínculo dos participantes com a história institucional do TJGO. A Dra Lídia sugere uma exposição no hall de entrada do Tribunal, com materiais históricos e documentos trazidos do Centro de Memória e Cultura do TJGO. Neila sugere que os expositores interajam com o público durante a mostra, realizando atividades ao vivo, como pintura ou trabalhos manuais, o que poderia tornar a experiência ainda mais envolvente. O Desembargador questiona se a EJUG ficará responsável pela emissão dos certificados aos participantes do V ENAM, bem como arcará com os custos dos palestrantes e outros profissionais convidados. Caso a EJUG não disponha de todos os recursos necessários, o TJGO arcará com os custos. Mariana informa que a Eunice levantando todas as informações sobre os palestrantes e que a questão das inscrições e certificação é simples para a escola. Informa, que os certificados deverão ser digitais, com o público interno acessando a plataforma e o público externo recebendo por e-mail. Heloísa informa que a certificação será única para o evento e que o TRT se comprometerá a gerenciar essa parte. A Dra Lídia diz que sendo um evento único, o TRT deverá ser consultado se ficará responsável pela certificação. Ficou pendente a questão da certificação. Sobre as inscrições, Leandra informa que será criado um site exclusivo para o evento. O pessoal da comunicação está trabalhando nisso, e a arte está pronta. A única pendência é o custeio, que parece resolvido. Quanto aos kits do evento, os três



tribunais estarão envolvidos na organização, mas o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) assumirá os custos. Ficou estabelecido os locais em que ocorrerão o evento: o primeiro dia - abertura do evento será no Plenário Homero Sabino, TJGO; o segundo dia - no Auditório da EJUG pela manhã, com atividades divididas nos três Tribunais no período da tarde; e o terceiro dia - no Auditório José Lenar. Foram discutidos a capacidade de cada auditório e a preocupação com o tamanho do palco para a orquestra e Marcelo Barros no auditório José Lenar. O Desembargador pediu ao cerimonial que traga ao Tribunal o responsável da orquestra para avaliar a quantidade de pessoas que caberiam no palco, permitindo adaptar a apresentação de acordo com o espaço disponível. Solicitou ao cerimonial que faça a reserva de três dias dos auditórios. O desembargador pergunta sobre o transporte dos palestrantes e dos presidentes dos tribunais. Dra Lúcia e Leandra sugerem que cada Tribunal seja responsável pelo transporte de seus palestrantes. O TJGO ficará encarregado de organizar o transporte dos presidentes dos Tribunais e a recepção de autoridades no aeroporto, garantindo uma logística fluida e acolhedora. O Desembargador concorda com a sugestão dada. Heloísa, retoma o tema da exposição, destacando o trabalho do Arquivo Central, onde gostaria de expor um pouco do trabalho desenvolvido pelo Tribunal. O desembargador autoriza a realização da exposição no próprio Tribunal, uma vez que o deslocamento para visitação é mais complexo, além de ser uma distância significativa. Heloísa complementa, destacando que o processo de descarte e eliminação de documentos é uma questão significativa no âmbito dos tribunais. O arquivo possui uma estrutura muito grande e interessante. O desembargador pergunta se Arquivo Central está situado no Parque Laranjeiras ou no Parque Lozandes. Heloísa esclarece que o Arquivo Central está no Parque Lozandes, enquanto o Parque das Laranjeiras abriga a documentação da Comarca de Goiânia. Ela explica que, embora a maior parte da documentação de Goiânia esteja no Parque das Laranjeiras, alguns documentos ainda estão armazenados no CD em Aparecida. O desembargador trás à tona a demanda do juiz de Silvânia, que solicitou uma busca de documentos históricos na região. Informo ao Desembargador que já houve autorização para buscar esses documentos históricos, mas explico que a demanda é extensa e ainda não conseguiram atender o pedido. Heloísa complementa que estão em tratativas e que a equipe está organizando algumas comarcas para treinamento, envolvendo a separação e, possivelmente, até fazer a eliminação de documentos a partir de lá. Esses documentos serão enviados para o Arquivo Central para conferência e elaboração de listas de eliminação, que serão encaminhadas para a Comissão Permanente de Avaliação. Houve

ainda algumas considerações sobre treinamento, remanejamento, deslocamento, acondicionamento de documentos, capacidade de armazenamento desses documentos no Centro de Memória, nova localização onde concentrará as funções do centro de distribuição e arquivo, etc. Laylla pergunta sobre os coffe breaks do segundo e terceiro dia. Leandra informa que a EJUG ficará responsável por essa organização durante o evento, e pede para tratar desse assunto mais próximo da data. Leandra também informa que Eunice está ciente da situação e que a responsabilidade pela organização não recairá sobre Tatiana, mas sim sobre a escola. O Desembargador pergunta sobre quem arcará com os custos do Krenac. Leandra responde que a Eunice confirmou, no último encontro, que a escola se responsabilizaria por todas as despesas do evento, incluindo os palestrantes e a estrutura, já que o contrato é único. Ela ressalta que a estrutura do evento será gerida pela escola, que ficará encarregada dos lanches, do pagamento dos palestrantes e os demais custos. Isso foi claramente sinalizado por Eunice, que se comprometeu a organizar o evento integralmente. O Desembargador questiona se o primeiro coffee break também será custeado pela escola. Leandra reafirma que, conforme o contrato, a escola utilizará o mesmo contrato para todas as despesas, pois se trata de um contrato único. Voltando a programação, Heloísa descreve como será o terceiro dia do evento. O **terceiro dia**, as atividades serão integralmente no TJ. No **período da manhã**, teremos um painel intitulado "Deu Certo! Boas Práticas de Gestão de Memória", que terão dois blocos distintos. Durante a manhã, a presidência da mesa ficará a cargo do Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, enquanto o doutor Carlos Böttcher será o mediador do primeiro bloco. O primeiro tema provavelmente será apresentado por Laylla, que falará sobre a Semana da Memória do Poder Judiciário Goiano, uma iniciativa local, que é única. Em seguida, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte apresentará a exposição virtual "25 Anos de Uso da Urna Eletrônica", representando sete tribunais que colaboraram nesse projeto. Depois, o Tribunal de Justiça do Pará abordará a exposição virtual em comemoração aos "150 anos", que também envolve sete tribunais de justiça que celebraram essa data junta. Por fim, um representante do Tribunal de Justiça de São Paulo falará sobre o projeto de podcasts intitulado "Casos Forenses". Esse será o primeiro bloco. No segundo bloco, a mediação ficará a cargo da doutora Anitta. O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região apresentará o projeto "Plataforma Digital Interativa da Exposição Trabalho e Cidadania". Em seguida, o representante da Justiça Federal no Rio Grande do Sul discutirá o projeto "Recursos Humanos na Justiça Federal: Gestão da Memória". O terceiro projeto será apresentado pelo representante do



Superior Tribunal Militar, que abordará a "Descrição de Processos Históricos do Superior Tribunal Militar". Por fim, um representante da Justiça Eleitoral de Rondônia falará sobre o projeto "Valorização do Eleitor Indígena: Ambientação e Treinamento". Esses são os dois painéis programados para a parte da manhã. Nesse momento, foram discutidos assuntos sobre a indicação, disponibilidade e pagamento dos palestrantes, pessoa encarregada de convidar e oficial os presidentes de cada tribunal, indicação dos tribunais de seus palestrantes, passagens, etc., esses assuntos foram abordados e definidos anteriormente. Retornando a programação, Heloísa informa que na tarde do terceiro dia, haverá dois momentos distintos. A primeira palestra será dedicada ao Proname, com uma mesa específica presidida pelo Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Embora a confirmação esteja a cargo do Proname, tradicionalmente, a mesa conta com a fala do presidente da Comissão de Gestão da Memória do Poder Judiciário, da coordenadora do Comitê do Proname, além dos três coordenadores dos subcomitês: doutora Ingrid, doutora Anitta e doutor Böttcher. Em seguida, haverá uma apresentação do coral "Vozes da Justiça", acompanhada de um coffee break e discussão da Carta de Goiás, na qual o senhor será o presidente da mesa. A estrutura da Carta de Goiás é a única parte que a Subcomissão Científica ainda não finalizou; temos uma reunião agendada para a próxima semana para definir a metodologia de construção dessa carta, que incluirá a interação dos participantes. Planejamos promover a interação com os palestrantes por meio de formulários eletrônicos, onde os participantes poderão votar em questões específicas para ajudar na finalização da carta, que já terá uma estrutura preliminar. Assim, no final, faremos apenas os ajustes necessários. O desembargador expressa preocupação em conciliar a programação como as sessões de julgamentos, organização de pautas... Heloísa esclarece que ele presidirá a mesa apenas na quinta-feira à tarde, a partir das 15h30. Em razão dos compromissos do desembargador, Leandra sugere que o terceiro dia seja realizado em apenas um período, pela manhã ou à tarde, uma vez que o evento será realizado no TJ. O Desembargador consulta Heloísa sobre a viabilidade dessa sugestão, ela informa que a subcomissão científica reunirá na próxima semana, e não vê impedimentos quanto a essa proposta. O Desembargador propõe que, na próxima reunião, o TJ assuma a parte da tarde do evento, especialmente porque haverá a apresentação do coral Vozes da Justiça, enquanto o TRT ficará responsável pela manhã, ou vice e versa. Solicitamos ao desembargador que ele delibere as decisões tomadas pela comissão, pois os representantes dos outros tribunais ignoram nossas opiniões, afirmando que cada tribunal

possui seus próprios representantes. A Dra. Lídia reforçou que, quando as subcomissões foram definidas, foram estabelecidas também a comissão deliberativa, composta por ele, o Dr. Márcio (do TRE) e o desembargador Elvécio (do TRT), formalmente registrada na primeira ata, devendo ser respeitada. Dessa forma, apenas eles têm direito a voto, enquanto os demais participantes das reuniões gerais não possuem voz deliberativa. Sugeriu que cada subcomissão apresente suas deliberações por escrito à comissão deliberativa, de modo que elas se reunissem separadamente. Assim, evitaria a necessidade de reunir todos os participantes da reunião geral, uma vez que apenas os três membros da comissão deliberativa têm poder de decisão. O desembargador pede que essa sugestão seja registrada para levar adiante a proposta. Ele explicou que, uma vez que o pessoal discute e nos apresenta as opções, a comissão decide qual proposição adotar. O desembargador ressaltou que as decisões dependem de informações adicionais, e precisamos saber o que é viável ou não assumir. Heloísa falou sobre o ofício que será enviado ao presidente para solicitar a indicação de um servidor de outro tribunal para o painel de Boas Práticas, considerando a possibilidade de o TRT também assumir esse evento. A próxima reunião ficou agendada para o dia 8 de novembro de 2024, no TJ. O desembargador solicita a presença de todos para respaldá-lo nas decisões e caso surja dúvidas sobre as opções de propostas, disponibilidade de espaço e recursos, e outros aspectos logísticos que frequentemente surgem durante a reunião. O desembargador reforça que as deliberações devem ser realizadas por um grupo mais restrito, composto pelos desembargadores e presidentes das comissões. Encerrou a reunião às 12h, agradecendo a dedicação e o compromisso de todos os participantes na organização do V ENAM, e destacando a relevância do evento para a valorização da memória e da cultura do Poder Judiciário. Eu, **Vânia Pires Perillo Cardoso**, lavrei e assino a presente ata, sob a supervisão do Desembargador Itaney Francisco Campos, Presidente da Comissão Permanente de Memória e Cultura do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.


ITANEY FRANCISCO CAMPOS
PRESIDENTE DA CPMC-PJGO